



Dia	Nome	Banco	Cidade
9	Marcia Rosana de Carvalho	BB	Patos de Minas
10	Andre de Freitas Silveira	Mercantil	João Pinheiro
10	Evania Caixeta de Oliveira	BB	Patos de Minas
10	Marcos Antonio Ferreira	BB	Presi. Olegário
10	Natalia Soares Silva	Bradesco	Patos de Minas
12	Andrea da Silva Oliveira	BB	Presi. Olegário
13	Mara Dalila dos Santos Veloso	BB	João Pinheiro
13	Nadir Pedro de Sousa	BB	Car. do Paranaíba
14	Angela Renata B. Nascimento	Caixa	Coromandel
14	Edgar Antônio de Araújo	BB	Patos de Minas
14	Paulo de Tarcio Matos	BB	Presi. Olegário
15	Adilson Luiz de Souza	Itaú	Patos de Minas
15	Maria Helena da Silva	BB	Car. do Paranaíba
16	Claudia de F. Rosa Oliveira	BB	Patrocínio
16	Isabelle C. M. de Almeida	BB	Paracatu
17	Marco Antonio de Sousa	BB	Paracatu
17	Wagner Aser de Brito	Caixa	Patos de Minas
18	João Batista de Paula Ávila	Caixa	Patrocínio
19	Airton José de Matos	BB	Car. do Paranaíba
19	Mayara Luisa da Cunha	BB	Car. do Paranaíba
19	Oto Wilton R. Carolino	BB	Patrocínio
21	Monaliza R. Pelet Ribeiro	Bradesco	Patos de Minas
21	Sergio Luis Carlos da Cunha	Mercantil	Patos de Minas
22	Diego H. Rodrigues Alves	Mercantil	Patos de Minas
22	Eni Maria T. M. Alcântara	BB	Patos de Minas
22	Marcos Antonio de Faria	BB	Vazante
23	Fábio Gonçalves Ferreira	BB	Car. do Paranaíba
23	Geni Silva Nunes	BB	Patos de Minas
23	Sirce Alves	Itaú	Patos de Minas
24	Irimar de Oliveira Franco	BB	João Pinheiro
25	Jessyca Patricia A. Pereira	Bradesco	Car. do Paranaíba
25	Nahum de Lima Oliveira	BB	Patrocínio
25	Pedro Gonçalves da Cruz	BB	Patos de Minas
26	Eliana Ap. S. Boaventura	BB	Patrocínio
26	Rosângela C. de Araújo	Caixa	Patos de Minas
26	Vanda Maria dos Anjos	BB	Patrocínio
27	Erilda Borges Almeida	BB	Patos de Minas
27	Paula Silveira Castejon	BB	Patos de Minas
27	Rodrigo Monteiro Freitas	Bradesco	Patos de Minas
28	Irineu Honório da Silva	BB	Patos de Minas
28	Leida Augusta de Oliveira	BB	Car. do Paranaíba
28	Lorena Duarte Silva	Bradesco	Car. do Paranaíba
28	Luana Leal de Lima	BB	Rio Paranaíba
28	Marcelo Luiz Alves	BB	Vazante
28	Maria A. Lopes Garcia	BB	São Gotardo
29	José Ribeiro de Almeida	BB	Patos de Minas
1	Valéria Amaral Souto	BB	Vazante
2	Eduardo Eugenio Ferreira	BB	Patos de Minas
4	Antonio César Lemos	BB	Paracatu
4	Vera Maria Borges	BB	Paracatu

EDITAL

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Patos de Minas e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 22.228.324/0001-14, Registro Sindical nº 24260.002905/90-14 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 12/06/2018, às 18:00 horas, em primeira convocação, ou às 18:30 horas, em segunda convocação, no endereço à Rua Juca Mandu, 147, centro, em Patos de Minas (MG), para discussão e deliberação acerca da seguinte pauta:

1. Autorizar à diretoria para realizar negociações coletivas, celebrar Convenção Coletiva de Trabalho, Convenções/Acordos Coletivos Aditivos, bem como Convenção/Acordos de PLR e, frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto;

2. Deliberar sobre aprovação da minuta de pré-acordo de negociação e minuta da Pauta de Reivindicações da categoria bancária, data-base 1º de setembro, definida na 20ª Conferência Nacional dos Bancários;

3. Deliberar sobre desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada;

4. Outros assuntos de interesse da categoria profissional

Patos de Minas, 07 de junho 2018.

Ivan Gomes Caetano

Presidente

**NÃO FIQUE SÓ
FIQUE SÓCIO!**
SEM VOCÊ NÃO TEM SINDICATO, SEM SINDICATO NÃO TEM CONQUISTA



VOZ BANCÁRIA
Publicação quinzenal do Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região

Presidente: **Ivan Gomes Caetano**

Secretário de Imprensa e Comunicação: **Sandoval José da Silveira Jr.**

Redação e Editoração: **Naiara Soares Bento**

Fechamento desta edição: **08 de Junho de 2018** - Tiragem: 1000 exemplares

Site: www.bancariosdepatos.org.br - E-mail: vozbancaria@bancariosdepatos.org.br

O informativo **Voz Bancária** é uma publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Patos de Minas e Região (SEEBPMR).

Rua Juca Mandu 147, Centro, CEP 38700-070, Patos de Minas/ MG, (34) 3821 9144.

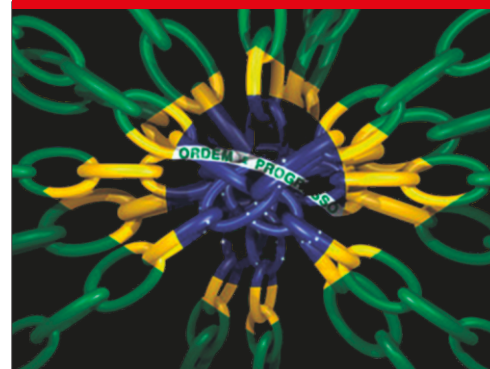
Escreva para a redação enviando críticas ou sugestões. Por motivo de espaço reservamos-nos o direito de publicar apenas trechos. Caso não autorize a publicação favor indicá-lo expressamente no corpo da mensagem.



VOZ BANCÁRIA
Publicação quinzenal do Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região

IMPRESSO

Ano 2018 - Nº 670 - 08 de Junho - Filiado à FETRAF - CONTRAF CUT



OIT coloca Brasil em lista de violações por causa da reforma trabalhista

O Brasil do golpe passa mais uma vergonha internacional. Sob o governo ilegítimo de Michel Temer e após a aprovação de sua reforma trabalhista (lei 13.467/2017), o país entra na lista curta de violações das convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A inclusão do país entre as 24 nações que mais gravemente desrespeitaram normas internacionais do mundo do trabalho. Foi anunciada pela OIT no dia 28 de maio, durante a 107ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, que reuniu representantes de trabalhadores, empregadores e governos do mundo inteiro em Genebra (Suíça), onde fica a sede da organização, para debater políticas e normas para as relações laborais em nível global.

Segundo reportagem de O Estado de São Paulo, a seleção dos 24 países é tratada como a "lista negra" da agência da ONU (Organização das Nações Unidas) para questões trabalhistas. E inclui tradicionalmente problemas de liberdade sindical, assassinato de líderes trabalhistas ou irregularidades na aplicação de

convenções da OIT.

O Brasil foi incluído por causa da nova lei trabalhista – que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 –, considerada pela OIT como potencialmente capaz de violar convenções internacionais. O próximo passo é a avaliação do caso brasileiro pela Comissão de Aplicação de Normas da OIT, nas duas semanas seguintes.

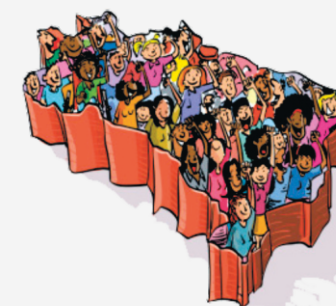
A inclusão do Brasil na “lista negra” da OIT era uma bandeira da CUT e de entidades de trabalhadores de vários países. E saiu vitoriosa mesmo diante da forte resistência de empresários e do lobby do Itamaraty, segundo apurou o correspondente do Estado em Genebra.

Embora a notícia seja negativa para o País, ela foi celebrada pela CUT. "Ao incluir o Brasil na lista, a OIT reconhece o que estamos denunciando desde 2017 que a reforma trabalhista aprovada no Brasil, sem consultas ao trabalhador, retrocede em 100 anos as relações de trabalho no Brasil", disse o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antonio Lisboa.

CAMPANHA 2018 ESTÁ COMEÇANDO

A Campanha Nacional dos Bancários já vai começar. Nos dias 8, 9 e 10 de junho, na capital paulista, bancários de todo o país debaterão estratégias de luta e aprovarão a pauta de reivindicação da categoria, a ser entregue à Fenaban (federação dos bancos).

O presidente do Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região, Ivan Gomes, lembra que esta será a primeira campanha após a nova lei trabalhista, que retira direitos. “Portanto, temos de estar mobilizados para defender a nossa CCT (Convenção Coletiva de Trabalho). Os bancos com lucros cada vez maiores não têm nenhuma justificativa para retirar direitos.”



*Juntos
somos
mais*

Nos dias 7 e 8, trabalhadores também realizam encontros de bancos privados (Itaú, Bradesco e Santander), o 34º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa e o 29º Congresso Nacional dos Funcionários do BB, para discutir questões de cada banco.

Nossa assembleia para aprovação das propostas retiradas desses encontros será no próximo dia 12 (vide edital pág. 4)

2 ANOS DO GOLPE

A população brasileira está sentindo na pele o significado da ruptura da ordem democrática. Com a ascensão de Michel Temer ao poder, um projeto de governo caracterizado pelo desinvestimento público e sem qualquer respaldo popular passou a ser imposto à sociedade com apoio de um Congresso Nacional dominado por representantes da elite predatória que caracteriza o Brasil. O resultado é a crise econômica sem fim e a avalanche de retrocessos que assola o país desde 2016

Arte: Sindicato dos Bancários de São Paulo

GERAÇÃO CONDENADA

A aprovação da Emenda Constitucional 95 irá impor o congelamento dos investimentos em áreas como educação e saúde até 2037. O resultado disso já pode ser sentido. A extrema pobreza no Brasil aumentou 11% em 2017, segundo relatório divulgado pelo IBGE. No início de 2017, 13,3 milhões de pessoas viviam em pobreza extrema; no final do mesmo ano, já eram 14,83 milhões. Estudo da Fiocruz aponta que até 2030, mais de 19 mil mortes de crianças poderiam ser evitadas sem o chamado “teto dos gastos”.



BANCOS PÚBLICOS SOB ATAQUE



Banco do Brasil, Caixa e BNDES foram instrumentos de desenvolvimento econômico nos últimos governos, mas sob o comando de Michel Temer passaram a adotar a lógica de mercado dos bancos privados. Acabou o crédito subsidiado do BNDES, que já teve de repassar ao Tesouro R\$ 130 bilhões que poderiam servir para fomentar a economia. Centenas de agências da Caixa e BB foram fechadas e milhares de postos de trabalho eliminados em ambos os bancos. Desde 2016 foram investidos R\$ 17 bilhões a menos somente no Minha Casa Minha Vida, operacionalizado pela Caixa. O setor da construção civil é um dos que mais gera empregos para a população de baixa escolaridade. Isso significa menos investimento social, aumento do desemprego, da carência por habitação popular e da pobreza. Também afeta toda a cadeia produtiva e resulta em prejuízo para as empresas do setor.

DESEMPREGO

Segundo o IBGE, o número de desempregados no Brasil nos três primeiros meses de 2018 foi de 13,7 milhões de pessoas. Isso representa alta de 11,2% em relação ao quarto trimestre de 2017. Se forem contabilizados os trabalhadores subutilizados (grupo que reúne pessoas que poderiam trabalhar, mas estão desocupadas, e aqueles que trabalham menos de 40 horas semanais) faltaria trabalho para 26,4 milhões de brasileiros no 4º trimestre de 2017, segundo o IBGE.



PETROBRAS E O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS



Desde o golpe, houve 216 reajustes nos preços da gasolina e do diesel. Nos governos anteriores, em mais de 13 anos (2003 a 2016), foram apenas 15 reajustes, inclusive rebaixando o valor. Há alguns anos, o Brasil era quase autossuficiente na produção de gasolina. Hoje o país tem de importar mais de 60% do combustível, estando sujeito aos preços praticados no mercado internacional e por isso os preços não param de subir. A Noruega possui empresa estatal de petróleo (Statoil) e destina o resultado da produção a um fundo soberano para garantir o futuro das próximas gerações. Empresas estrangeiras pagam altos impostos para explorar petróleo no país nórdico com o Índice de Desenvolvimento Humano mais alto do mundo.

VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO VS GOLPE

Os três grandes movimentos golpistas do século XX foram antecedidos por processos de valorização do salário. Em 1º de maio de 1954, Getúlio Vargas anunciou aumento de 100% do salário mínimo. Foi o gatilho da reação civil-militar que resultou no seu suicídio. Em fevereiro de 1964, o presidente João Goulart aumentou o salário mínimo novamente em 100%. No ano anterior, já havia concedido reajuste de 56%. Veio então o golpe, que impôs 21 anos de ditadura no país. Du-

rante o regime militar, o salário mínimo perdeu mais de 50% do seu valor real.

A terceira ruptura democrática ocorreu em 2016. Durante os 13 anos dos governos de Lula e Dilma, o salário mínimo acumulou valorização real de 77%, contribuindo para a recuperação do poder de compra dos trabalhadores e para uma redução da desigualdade social.

FIM DOS DIREITOS TRABALHISTAS



O governo Temer vendeu a reforma trabalhista que aniquilou diversos direitos garantidos pela antiga legislação como a tábua de salvação para a retomada do mercado de trabalho. Mas o que se viu desde a aprovação da nova lei, em novembro de 2017, foi a queda dos contratos com carteira assinada. De lá pra cá, foram fechadas 305 mil vagas com carteira assinada.

A Lei atual só se mostrou boa mesmo para os patrões, que agora podem terceirizar todos os empregados e contratar apenas por hora trabalhada (trabalho intermitente), terão mais facilidade para se livrar de processos trabalhistas, e poderão anular as garantias dos acordos coletivos a partir da data base (o chamado fim da ultratividade).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sob pressão popular e envolvimento em escândalos de corrupção, o governo Temer adiou a votação da reforma da Previdência (PEC 287), que dificultará o direito à aposentadoria e irá rebaixar os valores das pensões. Tudo isso sob o falacioso argumento do combate aos privilégios, já que grandes empresas continuam sem pagar dívidas e ganham isenções de impostos que poderiam financiar o sistema previdenciário. Agora querem passar a conta para a população, e se um governo favorável aos trabalhadores não for eleito, esse debate certamente voltará à agenda do Congresso Nacional em 2019.



“AH, NA DITADURA NÃO TINHA CORRUPÇÃO!” SERÁ MESMO?

Muitas pessoas desejam “intervenção militar” por acreditarem que durante a ditadura (1964-1985) o país era livre de corrupção. Mas os desvios durante aquela época foram numerosos. E o que é pior: havia poucos instrumentos de controle e fiscalização – como Ministério Público Federal independente ou imprensa livre – diferentemente do que ocorre no período democrático.

Para citar apenas alguns: documentos do governo britânico divulgados pela *Folha de S. Paulo* em 1º de junho revelam que em vez de permitir e ajudar no

inquérito que seria do interesse do Brasil, a ditadura militar abafou apuração de corrupção ao abrir mão de indenização no valor de R\$ 15 milhões em valores atuais na compra superfaturada de fragatas (navios de guerra) durante mandatos de Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979).

Segundo o historiador Pedro Henrique Campos, o pagamento de propinas a agentes do Estado se consolidou durante a ditadura militar.

Delfim Netto, ministro de Estado durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici, foi acu-

sado de beneficiar a empreiteira Camargo Corrêa a ganhar a concorrência da construção da hidrelétrica de Água Vermelha (MG). Anos depois, Delfim Netto foi acusado de desviar recursos públicos ao empresário Assis Paim, dono do grupo Coroa-Brastel.

A Capemi (Caixa de Pecúlio dos Militares), empresa dirigida por militares, foi beneficiada na concorrência para explorar madeira no Pará – pelo menos 10 milhões de dólares teriam sido desviados em benefício de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência do regime.

